

RE nos EDcl no AgRg na RECLAMAÇÃO Nº 35.938 - SP (2018/0120329-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : ROGÉRIO LUIS ADOLFO CURY - SP186605
RECORRENTE : LUIZ MANOEL GOMES JÚNIOR
ADVOGADO : ROGÉRIO LUIS ADOLFO CURY - SP186605
ADVOGADOS : LISSA MOREIRA MARQUES - DF035307
DANIELA MARINHO SCABBIA CURY - SP238821
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : EMANOEL MARIANO CARVALHO
OUTRO NOME : EMANUEL MARIANO DE CARVALHO

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 37 E 105, I, "F", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NECESSIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO QUAL, EM PARTE, SE NEGA SEGUIMENTO E, NO MAIS, NÃO SE ADMITE.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 771):

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO NA DECISÃO RECLAMADA. AGRAVO DESPROVIDO

I - O Agravante não trouxe fundamentos hábeis suficientes de modificação da decisão agravada, uma vez que inexistiu violação do julgamento indicado pela parte.

II - Uma vez apresentada nova denúncia, com descrição do especial fim de agir anteriormente fixado judicialmente, resta afastada a alegação de ofensa à autoridade do Acórdão proferido por este Tribunal no RHC n. 63.990/SP.

III - A Reclamação se presta a preservar a competência deste Tribunal e garantir a autoridade de suas decisões, não servindo como sucedâneo recursal ou como meio de dirimir divergência jurisprudencial.

Agravo regimental desprovido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fl. 801):

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. AGRAVO REGIMENTAL. MATÉRIA PENAL. FEITO INCLUÍDO EM MESA PARA JULGAMENTO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. DESNECESSIDADE DE INCLUSÃO EM PAUTA OU PRÉVIA INTIMAÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

I - São cabíveis embargos declaratórios quando houver, na decisão embargada, qualquer contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. Podem também ser admitidos para a correção de eventual erro material, consoante entendimento preconizado pela doutrina e jurisprudência, sendo possível, excepcionalmente, a alteração ou modificação do **decisum** embargado.

II - O julgamento de agravo regimental em matéria penal independe de prévia inclusão e publicação da pauta para a intimação das partes, conforme o teor do art. 258 do RISTJ, uma vez que o feito é apresentado em mesa. Precedentes.

III - Trata-se de recurso no qual cabe ao Relator a oportunidade e conveniência de apresentação para julgamento em mesa, não procedendo, igualmente, o pedido de intimação para a respectiva sessão.

IV - Restando estabelecido nesses termos, o procedimento a ser adotado para a hipótese, não há que se falar em nulidade e sequer em prejuízo para a Defesa, advindo do julgamento nos moldes em que realizado.

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 820-845) sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos arts. 5º, LV, 37 e 105, I, "F", da Constituição Federal.

O Ministério Público do Estado de São Paulo não apresentou contrarrazões (fl. 854).

É o relatório.

De início, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que "a discussão acerca do cabimento de reclamação envolve a análise da legislação infraconstitucional" (ARE 909.522 AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 28/6/2016, processo eletrônico DJe-166, divulgado em 8/8/2016, publicado em 9/8/2016), de modo que eventual ofensa à Constituição, se existente, seria meramente reflexa.

Do mesmo modo, quanto à alegada afronta ao art. 37 da Constituição Federal - no sentido de que o julgamento da reclamação por esta Corte Superior ocorreu sem que a inclusão do feito em mesa sequer constasse do andamento processual -, verifica-se que eventual ofensa à Constituição Federal, se existente, seria meramente reflexa, demandando, pois, o tema, análise do ordenamento infraconstitucional (art. 258 do RISTJ), o que, consoante é cediço, é inviável em sede de apelo extremo.

Desse modo, neste ponto, o recurso extraordinário não deve ser admitido, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

(...)

II - O entendimento adotado na decisão agravada reproduz a

jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, LVII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, bem como do revolvimento do quadro fático delineado na origem, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta.

(...)

IV - Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 1122497 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 30/11/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-262 DIVULG 05-12-2018 PUBLIC 06-12-2018)

Por fim, cumpre salientar que, no julgamento do ARE 748.371 RG/MT, o Plenário do Excelso Pretório concluiu pela ausência de repercussão geral da questão relativa à suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais (**Tema 660/STF**), como é o caso dos autos, em que se discute: a) a alegada ausência de descrição, na denúncia, do elemento subjetivo específico exigido para a configuração do delito previsto no art. 89 da Lei 8.666/93 (matéria de fundo); e b) a apontada nulidade decorrente do julgamento da reclamação por esta Corte Superior sem que a inclusão do feito em mesa sequer constasse do andamento processual (matéria em relação à qual o órgão julgador fundamentou a negativa de reconhecimento da nulidade no disposto no art. 258 do RISTJ).

O acórdão foi ementado nos termos abaixo:

Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral. (ARE 748371 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)

Ante o exposto, no tocante à apontada violação ao art. 5º, LV, da Constituição Federal, **nego seguimento** ao recurso extraordinário. No mais, com esquite no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito** o apelo extremo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente